

CUIDAR DA COMUNIDADE: A ATUAÇÃO DAS MULHERES PROMOTORAS DE PAZ

El trabajo en la comunidad: mujeres promotoras de la paz

DANYELLE NILIN GONÇALVES

Professora de Departamento de Ciências Sociais de Universidade Federal de Ceará (UFC).

Email: danynilin@yahoo.com.br

Resumo

O trabalho investiga como se constroem as representações sobre o papel das mulheres em comunidades estigmatizadas, especificamente, na comunidade de Grande Bom Jardim, cinco bairros da periferia da cidade de Fortaleza, capital do estado de Ceará, no nordeste brasileiro. Tomando como base o funcionamento projeto do governo federal “Mulheres da Paz”, procuro compreender suas práticas e os sentidos atribuídos às suas atividades como promotoras da “paz” nos bairros que compõem o Território de Paz, do Programa Nacional da Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) em Fortaleza. Entendendo que essa parece ser uma tônica geral das políticas atuais, busco entender como as mulheres vem se inserindo em processos de reconstrução social em diferentes países do mundo, qual o papel destinado à elas nesses eventos e que discursos são produzidos sobre a sua participação.

Introdução

Em geral quando se busca assuntos como “mulheres”, “violência” e “os direitos humanos” os artigos principais são relacionados à violência do gênero e violência doméstica. As mulheres aparecem como as vítimas principais desse tipo de agressão. Este trabalho procura apresentar estes mesmos assuntos sob outra perspectiva que é das mulheres como protagonistas no combate à violência e em processos de resolução de conflitos.

Desde a origem do movimento das Mulheres pela Paz no século XX, há sempre uma ideia recorrente de que a divisão dos gêneros da sociedade moderna produziu a guerra e violência, sendo os homens os principais protagonistas desses fenômenos. Às mulheres, ao contrário, aparecem como as vítimas diretas ou em potencial e, ao mesmo tempo, como as que não são chamadas a interferir nos processos de reconstrução das sociedades vitimadas por essas violências.

Nas últimas décadas, no entanto, vem crescendo a percepção de que as mulheres devem ser ouvidas e participem ativamente da busca pela paz. Os discursos oficiais reforçam a ideia de que uma sociedade não pode se desenvolver ou resolver seus problemas internos quando uma parte substancial de sua população não está incluída nas tomadas de decisão. Por sua vez, também são construídos discursos (principalmente feitos por mulheres) que dão conta das diferenças entre os sexos e de características fundamentais para construção de uma sociedade melhor, deixando implícita a mensagem de que são os homens os responsáveis pelo estado atual de coisas. Nestes momentos, é enfatizada relação entre a maternidade e qualidades como “compaixão”, “sensibilidade”, consideradas essencialmente femininas, como na descrição inicial da comunidade virtual *Mulheres em ação na construção da paz*: “Nós mulheres, temos uma missão na construção da paz. Isto porque somos seres dotados interiormente, com capacidades que são necessárias para construir uma sociedade pacífica. Temos imitado os homens no modo de sentir e ver o mundo. Igualdade de direitos e deveres, não quer dizer uniformidade no modo de sermos nós mesmas. Temos uma maneira de ver, perceber e sentir a nós mesmas e o mundo um pouco diferente dos homens. COMO SERES DOTADOS PARA ABRIGAR UM OUTRO SER, FOMOS DOTADAS DE MAIOR COMPAIXÃO, TERNURA E MISERICÓRDIA NECESSÁRIAS PARA A SOBREVIVENCIA, E REPRODUÇÃO DA VIDA

SOCIAL E HUMANA. Precisamos colocar esta capacidade então na construção de uma sociedade pacificadora em parceria com os homens, colaborando na educação de nós mesmas, nossas famílias, comunidades, vizinhos, colegas. Humanizemos o planeta” (grifos originais).

Há certa percepção de que em algumas ocasiões são somente as mulheres as pessoas capazes de manejar determinados tipos de sentimentos e serem escutadas por isso. Não é à toa que são as mulheres as protagonistas dos movimentos de direitos humanos, da luta pela justiça e de campanhas contra a violência, principalmente quando estão em jogo o desaparecimento, a morte e a truculência contra seus filhos. Alguns exemplos emblemáticos são o das Madres y Abuelas de Plaza de Mayo¹, das viúvas de políticos assassinados na América Latina, das mães e mulheres de presos políticos nos casos de ditaduras militares e na luta pela Anistia, no caso brasileiro. Pode-se pensar que nessas ocasiões a força simbólica das mulheres no manejo dos sentimentos atua de maneira indiscutível.

Há, portanto, por parte dos organismos internacionais, uma tendência a estimular a participação das mulheres em situações de conflito e de violação dos direitos humanos, sendo isso justificado de diversas formas, designadamente por um suposto pacifismo 'natural' inerente ao feminino. Esse argumento não é consensual entre as mulheres. Há quem afirme que essa visão é redutora “por reproduzir estereótipos que, não sendo ultrapassados, conduzem a uma maior marginalização das mulheres em todo o processo”. Para os críticos, há ainda outro grave problema, além dessa visão redutora. O processo de condução à paz é feito através de negociações formais, que são públicas e encabeçadas por lideranças políticas (em geral, por homens). O segundo caminho, que geralmente é anônimo, consiste num conjunto de atividades informais que tentam chamar a atenção para determinadas preocupações durante o período de transição para a paz. Esse processo é feito, sobretudo por mulheres em suas comunidades onde desempenham papéis fundamentais na construção de uma nova cultura de paz e na definição de alternativas a conflitos violentos.

Pronasci e mulheres da paz

Executado pelo Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) marca iniciativa inédita no confronto ao crime e à violência no Brasil. A lei 11530 que o instituiu foi aprovada por unanimidade no Congresso Nacional. O programa tinha pretensões ousadas em termos de diminuição dos índices alarmantes de violência no país. Buscava atuar nas raízes “socioculturais” da violência, articulando política de repressão às políticas de prevenção, dando destaque às ações sociais. Dentre as quase 100 ações propostas estava a valorização dos profissionais da segurança pública; reorganização do sistema penitenciário; o combate à corrupção das polícias e envolvimento da comunidade na prevenção da violência.

A prioridade do programa estava na prevenção para atingir as causas que conduzem à violência. Atuou em todas as regiões geográficas do país, dando destaque principal nas regiões metropolitanas brasileiras com maiores índices de violência. Nestas áreas das grandes cidades, caracterizadas por índices elevados de violência letal, afetando principalmente os jovens de 15 a 29 anos foram implantadas diversos programas sociais com o objetivo de “pacificar” estes lugares, e conseqüentemente diminuir os elevados índices de insegurança. Nestes lugares se instalaram os chamados “Territórios de Paz”, áreas conflagradas onde as atividades do Pronasci se concentravam. Estas áreas variavam desde um quarteirão até vários bairros, dependendo da decisão política. Em todos os Territórios de Paz, alguns projetos eram imprescindíveis. Dentre eles, e considerado um carro-chefe, estava o “Mulheres da Paz”.

A concepção original veio de outras experiências de mulheres que se articularam na luta contra a violência. A denominação inicial era “Mães da Paz”, em referência explícita ao exemplo das mães de Acari (um grupo de mulheres que buscou justiça depois que tiveram seus filhos assassinados em uma chacina nos anos 90 no Rio de Janeiro) e implícito às mães da Plaza de Mayo (na Argentina).

O projeto era idealizado com o objetivo de estimular as mulheres líderes das comunidades dos Territórios de Paz a construir redes sociais de prevenção e de confronto à violência que afetam os jovens, em especial.

A proposta foi oriunda de uma série de debates promovidos pelo governo federal em diversas cidades antes da criação do programa. Com o objetivo de saber mais sobre o perfil das mulheres nas regiões metropolitanas mais violentas do país, o Ministério da Justiça, organizou vários seminários, com representantes da sociedade civil, intelectuais da área da segurança pública e os movimentos sociais. Do perfil sócio-demográfico resultado desta investigação e das demandas apresentadas nos grupos focais, as linhas de direção do projeto foram construídas. O diagnóstico deixou claro o papel relevante da autoridade materna nestes territórios. Em muitos desses casos, os jovens sofrem com a ausência paterna frequente e estão permanentemente sujeitos às ameaças do tráfico e da violência.

Construiu-se um consenso de que as mulheres têm um papel de destaque nas comunidades populares, sendo frequentemente promotoras dos direitos, ocupando um papel de liderança e de grande representação. Da mesma maneira, há uma ideia de que nos territórios de vulnerabilidade elevada e de violência, as mulheres costumam ter acesso aos grupos estigmatizados (algo que as políticas públicas, em geral, não conseguem atingir) e que as mães conseguem exercer um papel de destaque na vida dos filhos, por sua autoridade moral e pela garra enfrentada nas agruras cotidianas.

No documentário *Elas da favela*, filmado no Morro do Alemão, no Rio de Janeiro, que tem como fio condutor a história de duas líderes comunitárias, a fotógrafa e documentarista Dafne Capella resume bem esse pensamento: "Encontrei mulheres guerreiras, pessoas muito dignas, que se esforçam para garantir educação para os filhos, para evitar que se envolvam com o tráfico." Mesmo aqueles que quebraram a maioria das conexões sociais, como os jovens em situação de rua ou do conflito com a lei, se referenciam na figura feminina que desempenharam o papel materno (mãe, avó, irmã, etc.). Por essas razões, as políticas compreendem que são estas as figuras que retêm ainda a capacidade de mediar conflitos em suas comunidades e é por esse motivo que programas como o Pronasci dão um papel de destaque para as mulheres, ainda que apenas em suas concepções.

Para explicar a escolha pelas mulheres, em diversas ocasiões os coordenadores nacionais do projeto disseram: "a força das mães e das mulheres em geral é tão grande que até os traficantes se dobram perante elas". Sendo assim, há um forte componente moral, mas também estratégico na decisão de confiar às mulheres (em especial, às mulheres deste projeto) um papel que as instituições, não satisfazem geralmente. O "Mulheres da Paz" foi transformado em um dos eixos principais do Pronasci e em todo o país milhares de mulheres foram escolhidas para compor o projeto, considerado uma porta de entrada para os outros projetos do programa.

As Mulheres da Paz seriam as responsáveis por identificar jovens em conflito com a lei, em situação de risco e de vulnerabilidade social a fim de os encaminharem aos projetos sociais oferecidos nos Territórios de Paz (atividades de educação, do esporte, da cultura e de inclusão digital, oferecidos pelos projetos do Pronasci), em especial, ao Protejoⁱⁱ. A ideia era de que o trabalho na comunidade fosse organizado em grupos, articulando-se com outras redes de prevenção social.

Além dessa tarefa, cabia às mulheres divulgar e implantar as ações direcionadas à comunidade na prevenção e na redução da violência; atuar junto a uma equipe multidisciplinar a fim de "resgatar" aqueles jovens e suas famílias; por promover conferências, intercâmbios das experiências que estimulassem as práticas de direitos humanos, à proteção da vida e uma cultura de pazⁱⁱⁱ. Como se percebem nos discursos oficiais, nos documentos produzidos e nas leis que o amparam, há um componente redentor muito forte no programa. Comumente se vêem termos como "resgatar", "salvar", "tirar os meninos do mundo das drogas e do crime" e nesses casos, caberiam às mulheres, esse papel salvacionista.

Os critérios da seleção das participantes eram viver nas regiões cobertas pelo Pronasci, isto é, nos lugares com índices elevados de violência e crime, fazer parte da rede social e de parentesco dos

jovens vítimas da violência doméstica e urbana; ter mais de 18 anos; comprovar capacidade da leitura e da escrita e ter renda familiar de, no máximo, dois salários mínimos.

Durante três meses as mulheres escolhidas participaram de uma capacitação e tiveram aulas de direitos humanos, mediação dos conflitos, combate à violência e gênero, conquista atribuída à Secretaria de Políticas Para Mulheres, que influenciou não somente no nome do projeto (Mulheres da Paz em vez de Mães da Paz), mas também no conteúdo dos cursos. A pretensão era que depois da qualificação as mulheres estariam aptas a atuarem em suas comunidades como “mediadoras sociais”. As aulas serviriam para aliar a experiência de vida, a força e a capacidade representativa destas mulheres, ao conhecimento do que ocorre nos lugares onde vivem, na confrontação das situações que conduzem ao crime e à violência.

Em Fortaleza, na região do Grande Bom Jardim, mais de 1700 mulheres se registraram para concorrer às vagas destinadas no projeto. Durante quase dois meses, ocorreu a seleção que contou com três etapas: a pré-seleção realizada com análises das fichas individuais de inscrição selecionou 672 mulheres que foram para a segunda e terceira etapa, com entrevista individual e dinâmicas de grupo. Ao final do processo foram escolhidas 300 mulheres para realizar o curso de capacitação e mais 96 suplentes. As Mulheres da Paz receberiam 190 reais mensais durante um ano para realizar suas atividades na região mais violenta da cidade.

Esperava-se que, terminado esse ano, elas seguissem como voluntárias em suas comunidades, algo que, em geral, não ocorreu. No momento, as que seguem em algum tipo de trabalho dessa natureza atuam em conselhos comunitários, de segurança pública, nas escolas etc.

As mulheres e a mobilização dos sentimentos

Ao analisar o caso do Mulheres da Paz e de outras experiências mundo afora, percebi que há um papel estratégico destinado às mulheres nas situações da violação dos direitos humanos. Elas também aparecem como porta-vozes das denúncias, consolidando o que Irllys Barreira denominou de opinião valorativa do papel feminino na vida social: “a função das mulheres como mobilizadoras dos sentimentos e protagonistas dos ressentimentos fundamenta-se no interior de uma percepção valorativa do papel feminino na vida social” (Barreira, 2001, p.106).

Essa investigação é alinhada a nossas investigações atuais sobre a participação das mulheres em espaços institucionalizados (nos partidos políticos e no Congresso Nacional). Nestes espaços o papel das mulheres é enfatizado frequentemente da maneira positiva, algo que as chamadas de Luis Felipe Miguel (2001), de “política do desvelo”.

A presença feminina faria possível superar a “política de interesses”, egoísta e masculina, pondo em seu lugar, o zelo pelo outro, a tolerância e a sensibilidade. O centro é a valorização da esfera familiar, vista como o espaço da realização dos valores que são negados nas atividades públicas, competitivas e sempre egoístas. A prática política se transformaria dessa maneira. Pode pensar então que da mesma maneira a sociedade se transformaria. Em vez do conflito cru, se teria mais ética, mais generosidade e altruísmo. E em vez da frieza atribuída à justiça imparcial masculina, a atenção às necessidades das pessoas se tornaria uma prática.

Nessa concepção, as mulheres trariam algo diferente para a esfera da política, porque estão habituadas a cuidar dos outros e dos indefesos. Desta forma, trariam para a política valorização da solidariedade e da compaixão, além de uma busca genuína da paz. Responsável pela proteção e condições para o crescimento saudável dos mais frágeis (as crianças), as mulheres veriam nesta tarefa um imperativo moral, que também se estenderia às suas outras atividades. (Miguel, 2001). É exatamente esta dimensão que aparece no trabalho das mulheres como promotoras da paz.

Estes sentidos das mulheres como protagonistas principais para a mudança social estão presentes nos discursos políticos, nos programas sociais, nos discursos religiosos etc. Em 1995, em

uma mensagem na jornada pela paz, o papa João Paulo II assegurou o papel das mulheres na sociedade: “quando as mulheres têm a possibilidade de transmitir plenamente seus dons a toda a comunidade, muda positivamente a maneira de compreender-se e organizar-se a sociedade”... Da mesma maneira, a presidenta Dilma Rousseff, em seu primeiro discurso no Assembleia das Nações Unidas, ressaltou: “na língua portuguesa, as palavras vida, alma e esperança pertencem à classe feminina e são também femininas” .

Assim, no mundo inteiro, e principalmente em áreas afetadas por conflitos (guerras civis, as guerras urbanas, combate ao tráfico, violação dos direitos humanos), são as mulheres que são chamadas a reconstruir os espaços sociais e as relações^{iv}. Alguns motivos são elencados para isso: além do fato de elas serem afetadas diretamente pelos conflitos armados (as pesquisas dão conta de que aproximadamente 80% das vítimas civis são mulheres e 80% de todos os refugiados e pessoas deslocadas internamente em todo o mundo são mulheres e crianças); da temática dos direitos humanos terem se tornado um dos principais temas para as políticas internacionais; o papel desempenhado por elas, principalmente no período pós-bélico as credenciam a ocupar esse espaço estratégico.

Nesses momentos, a concepção das mulheres como “educadoras da sociedade” é salientada. Por sua função biológica e social, em sociedades nas quais a obrigação de cuidar dos filhos é destinada quase que exclusivamente às mulheres, é entregue a elas a responsabilidade, travestida de ”missão” de transformar o mundo para seus filhos em algo melhor do que o que existe hoje.

Um desses exemplos é a iniciativa “Criadoras de Paz”, lançada em 1991 por uma entidade internacional e que faz parte de uma rede global de pessoas que atuam em mais de 25 países em diversos continentes. Tem o objetivo de engajar mulheres em seu papel como criadoras de paz, eliminando a violência através do direcionamento às rotas de conflito. Busca conectar os agentes da construção da paz já existentes a fim de construir comunidades justas, acolhedoras e inclusivas. Para isso, baseia-se na troca de experiências pessoais e informação em fóruns, conferências e mesas-redondas, promovendo “círculos da paz” em pequenas comunidades locais onde mulheres trabalham juntas identificando os temas potencialmente conflituosos nas comunidades a fim de solucioná-los numa ação comum.

Em 2000 a Resolução 1325, do Conselho de Segurança da ONU refletiu pela primeira vez o reconhecimento, por parte dos atores internacionais, da importância e da necessidade do envolvimento das mulheres nos processos de paz e de (re)construção de Estados que passaram por conflito armados, abrangendo ações que buscam resolver a questão da igualdade de gênero nas políticas, programas e projetos; e por outro lado, as que possibilitem a igualdade de gênero nas tomadas de decisão. Em 2004, foi a vez do Conselho da Europa propor iniciativas que contemplassem as mulheres na resolução de conflitos^v. Nesses documentos, há sempre uma necessidade de justificar a inserção das mulheres. Dessa forma, as ações e resultados da participação de mulheres em sociedades vitimadas por conflitos são lembradas, com o intuito de apreciar positivamente a forma de condução “feminina”. No documento elaborado pelo Departamento de Defesa norte-americano, em 2011, casos como os da Irlanda do Norte e Ruanda são considerados “cases” de sucesso:

“As lições (...) já demonstraram que, quando envolvidas, as mulheres têm mais propensão a apoiar acordos que restaurem a segurança e os serviços às suas comunidades, sem se preocupar com “vencer” ou “perder”(...) As mulheres de comunidades rivais na Irlanda do Norte construíram pontes através da Coalizão das Mulheres da Irlanda do Norte e contribuíram para o término de décadas de conflito. As mulheres de Ruanda ajudaram a colocar as suas comunidades na estrada da paz e da prosperidade após uma violência terrível entre os Hutus e os Tutsis e estabeleceram as bases para a mais alta porcentagem de mulheres no parlamento no mundo”.

Dessa forma, os EUA e Europa estão investindo nas mulheres, em diferentes países, como: Afeganistão, Sudão do Sul, Burma, os países da “Primavera Árabe”, Filipinas, Nepal, Iêmen e Guiné-Bissau contam com diferentes estratégias de “empoderamento” a fim de que elas participem ativamente

da reconstrução de seus países, promovendo uma cultura de paz que se opõe radicalmente aos conflitos existentes. Dessa forma, criar lideranças com peso em suas comunidades, ampliar o nível de instrução, dando um enfoque de gênero parece ser a tônica desses projetos. Muda-se, ainda que temporariamente, um enfoque que se baseava na vitimização para enaltecer a ideia de uma construção ativa das mulheres.

Considerações finais

Ainda que não seja uma especificidade dos últimos anos, é um fato que nos tempos atuais sempre que é possível se invoca a força das mulheres para lutar contra os problemas sociais. Para isso se recorre às características “essencialmente” femininas e a uma espécie de força sobrenatural, peculiar à maternidade, como no discurso mencionado abaixo: “Quem é a pessoa que gera gente? Quem é a pessoa que amamenta, que embala, que cuida, que ensina a andar e falar? As mulheres! Quem é a pessoa que mesmo frágil se torna forte na adversidade? A feminização da esperança é uma tendência e uma necessidade e é uma das saídas para o mundo porque une a sensibilidade, persistência e força ao cuidado para ocupar-se da adversidade”...

Essa é a ideia contida no Pronasci e, especial no “Mulheres da Paz”: o país somente construirá uma realidade nova frente à violência com o apoio e a força exercidas pelas mulheres. Embora os dados objetivos permitam perceber que o programa fracassou em vários lugares e que a violência não tem diminuído no Brasil nos últimos anos é muito interessante salientar o aspecto subjetivo e simbólico dos discursos que entregam às mulheres o papel para construir a paz.

Bibliografia

BARREIRA, Irllys (2001). Política, memória e espaço público: a via dos sentimentos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n.46, p. 97-117.

GONÇALVES, Danyelle Nilin (2009). *O preço do passado- anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (2003). *Sociologia da emoção- o Brasil urbano sob a ótica do luto*. Petrópolis: Vozes.

MIGUEL, Luis Felipe (2001). Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v.9, n.1, p. 253- 267. Acesso em: 22 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8614.pdf>>. doi: 10.1590/S0104-026X2001000100015.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. Ed. E. Gellner, R. Nisbet, Al. Touraine (1996). Edição brasileira: Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos,. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*.Rio de Janeiro: Zahar.

PERDIGÃO, Ana Rita Rafael. A participação das mulheres nos processos de (re) construção de paz : o caso do Afeganistão. Acesso em 10 de agosto de 2013. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/21436>

VIDAL, Marciano (2005). *Feminismo e ética: como “feminizar” a moral*. São Paulo: Loyola.

Lei:

Lei nº 11.530, de 25 de outubro de 2007.

Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci e dá outras providências.

Sites consultados:

<http://www.iofc.org>

<http://www.acomuna.net/index.php/contracorrente/4501-o-papel-das-mulheres-na-construcao-da-paz>

<http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=126&doc=9587&mid=2>

Resolução 1385 (2004).Prevenção e resolução de conflitos: o papel das mulheres.

http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/equality/03themes/conflict-prevention-peacebuilding/index_en.asp

http://photos.state.gov/libraries/amgov/133183/portuguese/P_UN_Women_as_Agents_of_Peace_Portuguese.pdf

<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,historias-de-mulheres-no-alemao-viram-filme,336705,0.htm>

ⁱ As Madres de Plaza de Mayo é uma associação formada durante e o último governo militar da República Argentina (1976-1983) com a finalidade de recuperar com vida os presos desaparecidos, inicialmente, posteriormente estabelecendo quem foram os responsáveis por esse a fim de promover o seu promover seu enjuiciamiento. Nasceu como iniciativa em abril de 1977 em Buenos Aires. As Madres de Plaza de Mayo se dividem atualmente em dos grupos: o grupo majoritário, denominado «Madres de Plaza de Mayo» y as «Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora». As Abuelas são uma organização não-governamental composta de mães de desaparecidos políticos que tem como finalidade localizar e restituir às suas legítimas famílias todos os filhos sequestrados desaparecidos durante a ditadura militar argentina,exigindo castigo a todos os responsáveis.

ⁱⁱ O Protejo, principal projeto de prevenção, era um curso de capacitação destinado aos jovens em conflito com alei e que já haviam rompido os laços familiares e sociais, a ideia era promover capacitações para os jovens e para isso cada jovem beneficiado recebia uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 100, devendo para isso cumprir carga horária de 800 horas de aulas teóricas e práticas que abrangiam formação cidadã, matemática, português e iniciação ao mercado de trabalho,além de atividades culturais e esportivas.

ⁱⁱⁱ Denomina-se Cultura de Paz, um conjunto de valores, atitudes, modos de comportamento e de vida que rejeitam a violência, e que apostam no diálogo e na negociação para prevenir e solucionar conflitos, agindo sobre suas causas. Iniciado oficialmente pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 1999 tal movimento empenha-se em prevenir situações que possam ameaçar a paz e a segurança – como o desrespeito aos direitos humanos, discriminação e intolerância, exclusão social, pobreza extrema e degradação ambiental – utilizando com principais ferramentas a conscientização, a educação e a prevenção.

^{iv} O assunto – a igualdade de gênero e da participação de toda a comunidade, incluindo as mulheres, nos esforços de (re)construção da paz entrou definitivamente para a agenda internacional através de documentos como a Declaração de Proteção das Mulheres em Emergências e nos Conflitos Armados (1974), a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação, Contra as Mulheres (1979), a Declaração das Nações Unidas para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (1993), ou a Resolução do Parlamento Europeu sobre as questões de gênero na resolução de conflitos e nos processos de construção de paz.

^v Resolução 1385 (2004) do Conselho da Europa intitulada *Prevenção e resolução de conflitos: o papel das mulheres*.